

# FNCA NEWS

As últimas notícias e novidades do mundo jurídico



NESTA EDIÇÃO

**NÚMERO DE PEDIDOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS DISPARA EM 2023**

**PROGRAMA DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA DE SP DÁ ATÉ 100% DE DESCONTOS EM JUROS DE MORA**

**RECEITA FEDERAL DETALHA PROJETO SOBRE CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA**

**TRIBUNAL CONFIRMA INDENIZAÇÃO A FUNCIONÁRIA OFENDIDA COM INSULTOS RACISTAS NO TRABALHO**

**ARTIGO DA SEMANA: STF E O TRANSPORTE POR APLICATIVO: UMA ANÁLISE CONJUNTURAL**

EMPRESARIAL

**NÚMERO DE PEDIDOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS DISPARA EM 2023**

Em 2023, houve um recorde de 1.405 pedidos de recuperação judicial no Brasil, um aumento de quase 70% em relação a 2022, marcando o quarto maior índice desde 2005. Micro e pequenas empresas lideraram os pedidos, refletindo a pressão da alta inadimplência, que atingiu 6,6 milhões de empresas com dívidas acumuladas em R\$ 125,8 bilhões.

A alta taxa de juros é apontada como a principal causa desse aumento, com empresas se endividando em períodos de juros baixos e encontrando dificuldades de renegociação pós-pandemia. Especialistas indicam que, apesar de melhorias na economia, o efeito retardatório pode manter altos os pedidos de recuperação judicial no primeiro semestre.

Setores como agronegócio, construção e transporte foram os mais afetados. O cenário econômico desafiador, aliado ao alto endividamento e à dificuldade de acesso ao crédito, colocou as micro e pequenas empresas em situação particularmente vulnerável, acelerando a busca por recuperação judicial como forma de reestruturação.

## TRIBUTÁRIO

## Programa de transação tributária de SP dá até 100% de descontos em juros de mora

O governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, lançou o Acordo Paulista, permitindo o parcelamento de débitos tributários em até 145 prestações, com descontos significativos. Inspirado no programa federal, busca reduzir a litigância e melhorar a arrecadação, projetando aumentos milionários nos próximos anos.

A iniciativa visa agilizar a regularização de débitos inscritos em dívida ativa, totalizando R\$ 408 bilhões, com expectativas de facilitar a quitação de cerca de R\$ 160 bilhões. A PGE-SP destaca o programa como uma estratégia para diminuir processos judiciais e otimizar a gestão da dívida ativa.

O Acordo Paulista promete até 100% de desconto em juros de mora e 50% em multas, com o primeiro edital aberto para adesão até 30 de abril. A medida é vista como um avanço para o ambiente de negócios e a eficiência da arrecadação estadual.

---

## Receita Federal detalha projeto sobre conformidade tributária e aduaneira

O governo federal propôs, na última semana, o Projeto de Lei n.º 15/2024 para fortalecer a conformidade tributária e aduaneira, dividindo o projeto em três eixos: práticas de conformidade, controle de benefícios fiscais, e combate ao devedor contumaz.

O programa Confia visa parcerias entre Receita e grandes empresas para evitar multas em planejamentos tributários, enquanto o Sintonia recompensará empresas em conformidade com benefícios fiscais progressivos.

O PL busca também um controle mais efetivo sobre os benefícios fiscais usufruídos, exigindo declaração via formulário eletrônico, e define critérios claros para identificação de devedores contumazes, que devem cerca de R\$ 100 bilhões. Estes critérios incluem dívidas irregulares acima de R\$ 15 milhões e práticas de dilapidação patrimonial.

O objetivo da nova legislação é aprimorar a relação entre contribuintes e a Receita, reduzir litígios e aumentar a arrecadação, ao mesmo tempo que penaliza práticas abusivas e promove a transparência fiscal.

## TRABALHO

## Tribunal confirma indenização a funcionária ofendida com insultos racistas no trabalho

O TRT da 2ª Região manteve a indenização de R\$ 20 mil a uma funcionária vítima de racismo no trabalho. Utilizando o Protocolo de Julgamento sob a Perspectiva de Gênero do CNJ, o caso destacou expressões racistas usadas por uma supervisora contra a trabalhadora, evidenciando o impacto profundo na dignidade e autoestima da vítima.

A decisão ressalta a importância de combater a discriminação no ambiente de trabalho, reconhecendo o direito da trabalhadora a reparação por danos morais. A presença de testemunha corroborou as ofensas sofridas, levando à condenação da empresa, que responde de forma subsidiária devido ao contrato de terceirização.

Este julgamento sublinha o compromisso do judiciário em enfrentar práticas discriminatórias, garantindo a justiça e a proteção dos direitos fundamentais no ambiente laboral. A medida visa não apenas reparar o dano, mas também promover um ambiente de trabalho mais respeitoso e inclusivo.

## Artigo da Semana

**STF e o  
transporte por  
aplicativo: uma  
análise  
conjuntural**

Douglas Fragoso



## Acesse a Matéria

O STF, sob liderança do Ministro Alexandre de Moraes, reverteu uma decisão do TRT da 3ª Região que reconhecia vínculo empregatício entre um motorista e um aplicativo de transporte, alinhando-se a precedentes da Corte que validam formas de trabalho sem vínculo empregatício tradicional.

Esta decisão reflete a complexidade da regulamentação trabalhista para trabalhadores de plataformas digitais, indicando uma preferência pela manutenção da autonomia desses profissionais.

Um estudo do DataFolha mostrou que a maioria dos motoristas e entregadores prefere a autonomia, contrapondo-se a uma minoria que deseja vínculo empregatício para acesso a benefícios. A falta de regulamentação específica e a ausência de representação sindical clara para esses trabalhadores complicam a situação.

A decisão da Suprema Corte traz impactos diretos na jurisprudência trabalhista, evidenciando a necessidade urgente de regulamentação que acompanhe a evolução do setor de trabalho por aplicativos, mantendo um equilíbrio entre autonomia e direitos trabalhistas.

**Converse com Douglas ou nossos Especialistas do FNCA.**